

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Inclusive, a gente pode deliberar aqui e manter os documentos que a Polícia Civil passar em sigilo, a fim de preservar também a própria investigação, por mais que o inquérito aqui seja um inquérito independente e paralelo, acho que é muito importante essa troca de informações. O que me causa estranheza, mais uma vez, deputado Jorge Felipe Neto, é que desde 2017 não tinha autorização, ou seja, não tinha licença para estar funcionando. Como é que um Hospital que vai atender pessoas e muitas dessas pessoas não vão ter condições sequer de, caso aconteça alguma eventualidade saia do local?

O SR. RODRIGO AMORIM - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. RODRIGO AMORIM - Gostaria que V.Exa. ouvisse do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Não ficou claro, diante do que foi exposto aqui, levantado pelo Deputado Bruno Dauaire e com o relato do Polícia Civil, não está claro, para mim, como estava naquele momento do fático episódio, a questão da licença de funcionamento do Hospital. Gostaria que V.Exa. reforçasse essa questão do posicionamento efetivo do Corpo de Bombeiros e posteriormente o questionamento da Polícia civil.

O SR. - Coadunando com V.Exa., mentira em Comissão de Inquérito é um crime, isso é muito grave. Foi dito que foi vistoriado e que estava licenciado. Se estava vistoriado, por que não foi determinado o lacramento do Hospital e quem autorizou? Isso é o mínimo que a gente tem que saber aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Passar a palavra para o Corpo de Bombeiros. Estava vistoriado? Não estava? Quais eram as condições naquele momento?

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - A estrutura antiga teve o seu projeto aprovado em 1998, projeto aprovado com emissão de laudo de exigências. Eu tinha comentado a respeito da temporariedade à época. À época, e salvo engano 2000, 2001, foi feita vistoria e foi concedido certificado de aprovação. Então, existe registro na parte antiga de um laudo de exigências que se refere a um projeto de segurança contra incêndio e pânico e, por conseguinte, o seu certificado de aprovação. São dois documentos básicos para que o Corpo de Bombeiros ateste que qualquer edificação esteja regularizada: é a emissão do laudo de exigências e o certificado de aprovação, condições essas constam registros no nosso banco de dados para a parte antiga e também nova do Hospital Badim.

O SR. - Mas não em 2017, depois das obras de reforma, modernização ou qualquer coisa do gênero.

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - É, 2017 já se refere à parte nova. A parte nova tem um projeto aprovado, salvo engano, final de 2018, certificado de aprovado em 2019, nesta compreensão, a parte nova. A parte antiga ela tem registro de laudo e certificado de aprovação, sim, é uma estrutura bem antiga e tem relatos de certificados de despacho indeferido, que é quando o proprietário solicita, motiva os bombeiros uma atualização, uma modificação, e aí, quando esse novo projeto é aprovado, automaticamente as aprovações anteriores perdem o efeito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, o senhor, coronel, contradita a Polícia Civil, a Polícia Civil diz que não estava licenciado, o senhor diz que estava licenciado.

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - Estou afirmando que consta no banco de dados no Corpo de Bombeiros a emissão, na década de final de 90 e início de 2000, a emissão de um laudo de exigências e um certificado de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E 2017 em diante?

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - Com relação à parte nova tem aprovação, tem um projeto aprovado em 2018, salvo engano....

O SR. - Licença expedida da data, do momento em que houve o ocorrido das condições da construção como estabelecido naquela data estava expedida a licença ou mudou estruturalmente com relação a 1998 e não estava licenciado?

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - É, esse comparativo eu não tenho como afirmar ao senhor, porque no cunho regular para o Corpo de Bombeiros existe uma aprovação antiga e aí, se não houver uma manifestação do proprietário em está... Porque são responsabilidades distintas, eu dou muito exemplo de um shopping center. Um shopping center hoje tem uma aprovação, e aí qualquer tipo de mudança e proprietário tem que solicitar ao Corpo de Bombeiros qualquer manifesto de modificação daquele projeto.

O SR. - Tá, mas vocês disseram que estava vistoriado.

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - Em 2001, a parte antiga em 2001, com a emissão de certificado. Eu falo isso porque tem um certificado de aprovação. À época o certificado de aprovação era condicionado a uma vistoria do Corpo de Bombeiros; hoje não mais, por conta de um decreto recente, que nós chamamos de certificado de aprovação assistido, onde no rito ordinário não existe a obrigatoriedade dentro do processo do Corpo de Bombeiros efetuar uma vistoria. O Corpo de Bombeiros vai recolher as responsabilidades do profissional ou a empresa que são os verdadeiros responsáveis pela execução das medidas de prevenção. E o Corpo de Bombeiros de uma forma aleatória pode a qualquer momento atestar a veracidade das informações e proceder às devidas vistorias.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Se for requerer todo o processo de licenciamento do Badim, Coronel Esteves, a gente tem uma situação aqui no mínimo estranha: a Polícia Civil, que preside o inquérito, diz com veemência que não existia certificado ou licenciamento para o local. O Corpo de Bombeiros diz que o certificado que tinha era de 2001 diante de que caso tenha tido uma obra cabe ao proprietário informar. Só que até uma criança de três anos que passe em frente ao Badim sabe que teve uma obra ali. Então, o que o senhor diz aqui é que o Corpo de Bombeiros tem que ser provocado a ir lá novamente e fazer um novo certificado, uma nova vistoria, enfim. Porém se não for provocado aquilo continua funcionando, operando e no caso com vidas, tendo esse risco iminente de um acidente como teve.

Então, eu vou, mais uma vez, deliberar aqui junto a esta comissão para que nós venhamos a ter todos os laudos do Hospital Badim assim como os certificados. Inclusive, vou pedir também à comissão que peça ao CREA todas as anotações, responsabilidades técnicas dos últimos quinze anos do Hospital Badim a fim de que nós possamos apurar quantas modificações houve no local e "bater" junto aqueles que o Corpo de Bombeiros detém e também até tendo essa informação a gente já pode deliberar em aprovar e passar a informação para a 18ª DP que consiga ter mais informações para o seu inquérito.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. RODRIGO AMORIM - Peço que V.Exa. inclua a Secretaria de Licença do Município... Deputado Jorge Felipe Neto, é urbanismo?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Urbanismo e Rio Águas tem que ter esse projeto.

O SR. RODRIGO AMORIM - Que inclua os órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro, Sr. Presidente.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E meio ambiente, porque a questão do gerador é meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Como vota o Deputado Rodrigo Amorim?

O SR. RODRIGO AMORIM - Favorável com a inclusão dos órgãos municipais.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Bruno Dauaire?

O SR. BRUNO DAUAIRE - Sr. Presidente, eu voto favorável.

Inclusive se puder também incluir a empresa responsável pela última obra no Hospital para a gente saber, os proprietários da empresa, que tipo de serviço essa empresa faz, se cumpriu especificamente qualquer exigência que o Corpo de Bombeiros tenha requerido para o processo de licenciamento.

Além disso, queria também aproveitar já que a gente está tratando de requerimento acrescentar na minha preocupação em relação ao equipamento usado pelos servidores que seja requerida a nota fiscal de compra de manutenção, com certificação do órgão com-

petente, dos cilindros e compressores que eles usam no combate ao incêndio. Queria que fosse acrescentado isso também.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Por Batalhão, já que é responsabilidade de cada Comandante. Não sei como que de maneira sem descentralização orçamentária, porque não há, como a parca verba de suprimento que eles têm eles vão fazer a manutenção de todos os equipamentos como dito aqui nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Defiro o pedido de V.Exa. como do Deputado Jorge Felipe Neto, Deputado Rodrigo Amorim.

Vou chamar os trabalhos à ordem para fazer novamente a votação, lembrando também que nós iremos pedir junto aos órgãos municipais, à Vigilância Sanitária, para que saibamos como estão as condições e também a parte de alvará expedida pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Deputado Rodrigo Amorim, como vota?

O SR. RODRIGO AMORIM - Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Jorge Felipe Neto?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Tia Ju?

A SRA. TIA JU - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Bruno Dauaire?

O SR. BRUNO DAUAIRE - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu também voto favorável. Fica assim aprovado. Peço à secretaria desta comissão que faça os devidos trabalhos.

Alguma pergunta a mais para a Dra. Carina?

Vou passar a palavra ao Inspetor Igor. Quer fazer algum comentário?

O SR. IGOR MARINHO - Boa tarde, Sr. Presidente e demais componentes. Quero externar meus sentimentos aos parentes das vítimas.

Venho ratificar o que a Dra. Gabriela falou, da necessidade da presença dos peritos do ICCE, porque, como é de conhecimento, a Polícia Civil busca a investigação para dar a demanda à persecução penal com indícios da autoria e da materialidade. Estamos muito em cima do desse laudo pericial, e quem melhor pode dizer sobre o laudo pericial são os peritos que estiveram presentes in loco e fizeram esse laudo, que ainda demanda bastante questionamento; como a Dra. Carina já mencionou, há algumas dúvidas que pairam ainda. Então, acredito que não apenas para esta comissão, em outras situações sempre se faz necessária a convocação dos peritos, porque em algum questionamento técnico não há pessoa melhor a responder sobre eles.

Quero dizer que a delegacia, até o momento, tem classificadas em 21 guias de vítimas fatais, e são essas 21 vítimas que até então nós estamos trabalhando para apurar a causa mortis. Na sequência, serão atendidas as outras vítimas que não vieram a óbito no incidente. Quanto à pergunta do Deputado Jorge Felipe na questão dos horários, a gente conseguiu apurar junto com os peritos que o início do incêndio, segundo os peritos, se deu às 17h47m; sobre a questão dos horários, às 17h47 foi quando se deu o início do incêndio.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E aí vocês foram chamados?

O SR. IGOR MARINHO - Não, não. A perícia atestou que o início do incêndio foi nesse horário.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E você sabe a que horas foi interrompido o fornecimento de gás?

O SR. IGOR MARINHO - Ainda é fruto da investigação. Todos esses questionamentos, face à complexidade, são vários órgãos que a gente tem que requisitar para apurar essas condutas e as responsabilidades.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Se for, não é? Se queremos prevenir futuras ocorrências, tem que criar um protocolo.

O SR. IGOR MARINHO - Exatamente. Face à complexidade do caso, oficiamos essas instituições e ficamos no aguardo da resposta delas para, após toda essa apuração, vermos a conduta de cada autor nesse teatro, nesse cenário.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A Polícia Civil já teve informação da Naturgy sobre qual o horário foi interrompido do abastecimento de gás, ou não?

O SR. IGOR MARINHO - Até o momento, não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Seria importante esta comissão oficial à Light e à Naturgy para que elas respondam, porque isso é uma informação simples. Não existe mais nada manual, tudo isso através de sistemas que você tem logs de tempo; se for manual é pior ainda. Então, estamos em uma situação...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - É manual. A luz, não, mas o gás é analógico porque eles não fecham o do quarto, fecham só pelo registro...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas não deve ter registro disso, provavelmente. Vamos continuar e, em uma próxima deliberação, ainda nesta reunião, a gente já fala sobre esse tema e mais uma vez remeto à secretaria assim que tivermos essa informação. Passar também para a 18ª DP para que ela tenha essa informação.

Deputada Tia Ju.

A SRA. TIA JU - Sr. Presidente, também saber se essa solicitação foi a contento, foi em tempo hábil, se houve essa solicitação por parte do Hospital, se assim que a brigada de incêndio tomou conhecimento se houve essa solicitação do interrompimento do gás, da energia. Também é preciso saber disso.

O SR. - Tia Ju, eu tenho falado nesse Parlamento que a gente tem problemas processuais graves do Centro Integrado de Comando e Controle do Estado; não do Centro de Operações da Prefeitura do Rio. Como o Centro de Operações da Prefeitura do Rio informa à Naturgy e tudo mais, na verdade, ele está fazendo um favor ao CICC porque o centro responsável por comunicar a todos os órgãos esses incidentes é o Centro Integrado de Comando e Controle, e o Centro Integrado de Comando e Controle deveria ter feito isso. O que a gente começa aqui a entender é que não foi feito. Então, os médicos trabalhavam em salva-vidas, os bombeiros trabalhavam em retirar as pessoas em salva-vidas, a Polícia civil entendeu o processo de tudo o que estava acontecendo, entender a situação e, assim, o caos zero de fazer a perícia e, no meio disso tudo, passando gás.

O SR. - Se V. Exa. me permite, é completamente abjeto imaginar o seguinte: tem uma pancada de gente gritando, pânico e tal. Aí, você liga para o SAC da CEG "tan, tan, tan", aperte 1 para ... aparte 1999 para emergência Hospital, entendeu? Isso tem que ser um protocolo de serviço público, como concessionário de serviço público que é. Não é responsabilidade do cara do Hospital pedir interrupção do fornecimento. O cara vai demorar meia hora para fazer isso. Isso tem que ser uma ligação direta entre órgãos para facilidade de gestão, para você ter ali o tempo de resposta adequado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Senão, cai no call center, como um cliente reclamar de qualquer outro serviço.

Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta ao inspetor Igor. Primeiro, cumprimentando e, desde já, aqui, fazendo um agradecimento público quando o senhor esteve conosco numa outra comissão em que atuamos lá no Maracanã. Foi providencial sua presença, e de fato naquela noite avançamos muito. Já tivemos alguns desdobramentos daquela noite. Então, agradecer; agradecer à delegada titular da 18ª, também, pela presteza, naquela noite. Assim que acionamos o Secretário de Polícia Civil, imediatamente entraram em contato com a 18ª que, prontamente, esteve lá conosco.

Eu gostaria de, mais uma vez, enfatizar a questão que já foi apresentada pela Dra. Delegada, no sentido de que o Hospital estaria utilizando os geradores no sentido de economizar energia. Ao que tudo indica, pelo menos alguns relatos que chegaram até nós, haveria uma sobrecarga no gerador, além da falta de manutenção, além de outros requisitos, como, por exemplo, a exigência que apresentei aqui de isolamento da área utilizada pelo gerador para que não propagasse fumaça e fogo, enfim, mas os procedimentos feitos pelo senhor, pela sua diligência, poderia dar mais detalhes no sentido de que efe-

tivamente o Hospital estivesse usando o gerador que, em tese, deveria ser para emergência, tão somente, no sentido de, nos horários de pico, economizar energia?

O SR. IGOR MARINHO - É fato e notório que esse POP do Hospital, esse procedimento dele, era padrão. Isso aí está acostado aos autos, lá. Os próprios funcionários já falavam que isso era uma prática comum eles derrubarem a energia de terra e passarem a usar a energia fruto do gerador para fazer essa supressão de energia nesse horário de pico. O questionamento todo, que também está na investigação, é se essa operação é permitida ou não. Então, isso aí são informações técnicas que na investigação também nós estamos questionando, se essa alternância de energia total é possível e se é permitido.

Sobre a manutenção, a empresa Stamac, que forneceu os dois geradores, o que ficava no subsolo e o que ficava no telhado - também ficava na cobertura; ficava no telhado e um na cobertura sobressalente - ela também está sendo oficiada, intimada, para prestar as informações para atender a essa questão da manutenção, que era feita, segundo eles, mensalmente, com checklist da parte mecânica do gerador e da parte elétrica. Essa apuração é que estamos querendo ver se era feita a contento, de modo a, verificando qualquer tipo de problema, mecânico ou elétrico, se era verificado, informado e sanado. Isso é fruto da investigação.

O SR. - Doutor, todo gerador é objeto mecânico que transforma a cinética em elétrica. Ele tem um disjuntor e uma carga máxima. Para que isso tenha acontecido, uma sobrecarga, ou o disjuntor não estava na especificação ou ele foi ligado direto na rede elétrica.

É possível que o Hospital não tendo um perito em elétrica, não tendo um engenheiro elétrico, a responsabilidade tenha sido da empresa de manutenção? É possível que isso tenha ocorrido?

O SR. IGOR MARINHO - A empresa tem a responsabilidade da verificação da eficiência do aparelho. Então, mensalmente...

O SR. - E da condição de segurança dele.

O SR. IGOR MARINHO - Exato. Nessas revisões mensais que são feitas é fornecido um checklist para bater se todos os itens mecânicos, elétricos e de segurança estão a contento. É fruto da investigação apurar se todas essas revisões foram realizadas, se foram identificadas quaisquer discrepâncias e, se identificadas, se foram sanadas.

Foram solicitados, de dois anos até a data do evento, para ver se foi uma coisa pontual ou se foi uma coisa reiterada; se verificou numa revisão que apresentava algum tipo de defeito, na próxima revisão também foi verificado, na próxima também foi verificado? Então, tudo isso está sendo conduzido para identificar condutas e responsabilidades.

O SR. - Vocês chegaram a escutar o fabricante desse gerador?

O SR. IGOR MARINHO - Já foi ouvido, à época do dr. Roberto, foi feita a oitiva. A investigação iniciou sob a presidência do dr. Roberto. Muitas oitivas foram feitas naquele momento. O marco crucial é o laudo pericial que chegou recentemente. Com o laudo, a gente começa a questionar as oitivas prestadas, as respostas dos órgãos dos diversos órgãos que foram respondidos, para a gente poder casar o que foi declarado, o que foi respondido em ofício, se bate com o laudo.

O que posso dizer é que o laudo não satisfaz todos os nossos questionamentos. O laudo complementar vai ter que ser solicitado. Com esse trabalho de casar a parte técnica com a parte investigativa que a gente vai conseguir identificar a causa e as responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Tia Ju.

A SRA. TIA JU - Após esse debate, eu queria que esta CPI solicitasse a RT de manutenção desses geradores.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Defiro o pedido da Sra. Deputada Tia Ju. A gente pode deliberar junto com aquela outra, fazendo de uma vez só uma deliberação.

A SRA. TIA JU - Ok.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mais alguma pergunta ao inspetor Igor?

A SRA. TIA JU - Incluindo que, assim, essa RT dos últimos dois anos, para que possa ser acompanhado de perto, para que esta CPI possa ter acesso. Eu acho que vai também contribuir com as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O dr. Marco Kac se encontra? Eu queria informar à 18ª Defensoria Pública, caso queira se retirar, estão à vontade, mas, caso queiram ficar, vai estar aqui o representante do Hospital - pelo menos é o acordo que nós fizemos - assim como o Corpo de Bombeiros. Seria importante, talvez, para o inquérito dos senhores ter a posição deles.

Passo a palavra à Dra. Cíntia. Gostaria de perguntar como está a questão das vítimas junto ao Hospital Badim; como tem sido o atendimento do Hospital Badim no que tange ao acolhimento do sepultamento daqueles que vieram a falecer no atendimento médico, e já nas tratativas de indenização, se a Defensoria Pública está fazendo esse meio campo entre as partes.

A SRA. CÍNTIA GUEDES - Boa tarde, Presidente e demais deputados. Ao contrário de todos os que falaram aqui, a Defensoria Pública não trabalha nas causas de nenhuma dessas tragédias. A Defensoria Pública atende as vítimas e acaba envolvida em todas essas grandes tragédias. No caso, por exemplo, do Ninho do Urubu, a Defensoria Pública tem uma ação coletiva, ontem mesmo saiu a primeira decisão determinando o pagamento das vítimas. No caso do incêndio da Boate Quatro por quatro, estamos prestando assistência jurídica às viúvas dos bombeiros falecidos. Já estive com duas delas, abrimos inventário, vimos prestando atendimento. Cada tipo de tragédia, há um tipo de vítima diferente.

Nesse caso do Hospital Badim, não recebemos demanda individual de parentes das vítimas falecidas. Já temos duas ações judiciais de uma senhora que faleceu e outro senhor que foi só dano moral, conseguiu ser socorrido. Nenhum deles pela Defensoria Pública, não recebemos demanda.

O que eu queria trazer, por isso falei que cada tipo de tragédia há vítimas diversas, o que temos na Defensoria Pública em relação ao Hospital Badim, é algo que eu acho que talvez a maioria dos senhores não saibam. O Hospital Badim tem dois prédios, um antigo com mais de 30 anos, e outro novo, de três ou quatro anos. Entre esses dois prédios, colado nos dois, há um edifício residencial. É um edifício tradicional, existe há muitos anos, a maioria dos moradores é de idosos, que mora lá há quarenta anos. O Hospital tentou comprar os apartamentos, não conseguiu. Então, ele comprou o primeiro e o segundo andares desse edifício residencial, onde tinha algumas lojas. Eles fizeram uma passagem pelo primeiro andar de um edifício residencial entre os dois prédios. Então, são dois prédios, dois hospitais e, no meio, um edifício residencial. Eles ligaram os dois prédios através desse edifício residencial.

Temos uma ação judicial em prol da maior parte desses moradores por conta desta obra que foi feita no Hospital, e a situação desse prédio se agravou muito depois do incêndio.

A fumaça subiu pela garagem. O encanamento dos dois prédios do Hospital é interligado no subsolo desse prédio residencial. A fumaça subiu pelo encanamento, as paredes do prédio residencial por dentro estão pretas, teve morador que ficou preso na garagem, teve morador que não conseguiu sair.

Em nenhum momento, o Hospital sequer avisou os moradores do incêndio. Eles só ficaram sabendo quando os bombeiros chegaram e começou toda a confusão.

Os moradores não têm nenhum treinamento de incêndio, não há alarme contra fogo no prédio. Embora o prédio seja originariamente residencial, se transformou em uma extensão do Hospital, porque o Hospital transporta pessoas, equipamentos, a lavanderia fica aqui, os quartos ficam aqui. A Defensoria Pública vem atuando não só individualmente pelas vítimas, mas o que mais nos preocupa no momento é a segurança desse edifício. O edifício tem rachaduras, está preto por conta de fumaça, o Hospital não presta nenhuma assistência a essas vítimas.